EDUCACÃO NO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: experiência no Assentamento Palmares II em Nina Rodrigues-MA

Carlos Wellington Soares Martins[1]
Adriana Araujo Coelho[2]
Vivian Adriana Ramos Gomes[3]

RESUMO

Realiza uma análise das políticas educacionais efetivadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com ênfase naquelas atendidas pelo “Territórios da Cidadania”. Enfatiza de que forma a dimensão espacial tem sido incorporada às políticas educacionais no campo brasileiro no período recente. A pesquisa tem como campo de pesquisa o estado do Maranhão, mas especificamente o Projeto de Assentamento Palmares II que fica localizado no município de Nina Rodrigues – MA. Constatou que algumas iniciativas tiveram suas proposições bem realizadas, porém ainda necessitam de articulações que viabilizem a contento o cumprimento das metas propostas.

Palavras chave: Educação no campo. Assentamento. Políticas educacionais.

ABSTRACT

Performs an analysis of educational policies effected by the Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) with an emphasis on those served by the "Territórios da Cidadania". Emphasizes how the spatial dimension has been incorporated into the educational policies in the Brazilian countryside in recent years. The research is the search field the state of Maranhão, but specifically the Settlement Project Palmares II which is located in the city of Nina Rodrigues - MA. Found that some initiatives had their propositions well performed, but still require joints that allow the satisfaction compliance with the proposed goals.

Keywords: Education in the field. Settlement. Educational policies

[1] Mestre. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: cawell2000@uol.com.br
[2] Mestre. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).
[3] Mestre. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).

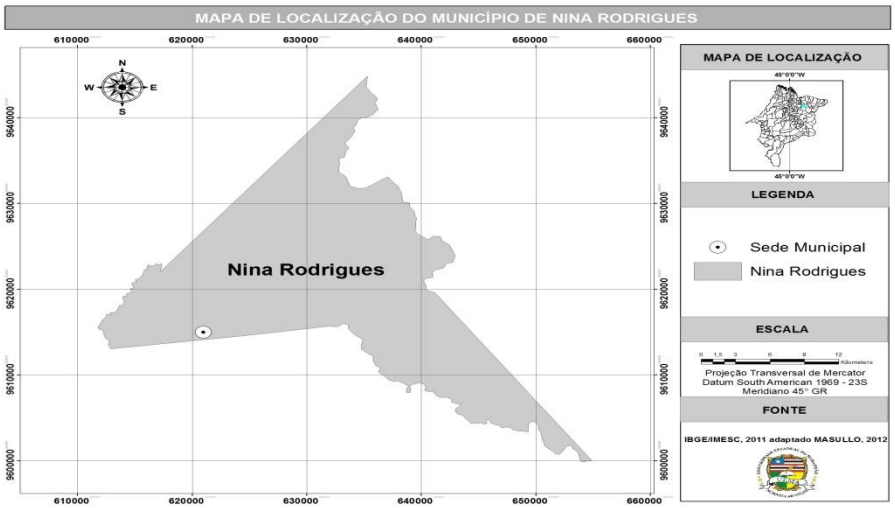
1 INTRODUÇÃO

Compreender a dinâmica territorial do campo a partir do contexto educacional não é tarefa fácil, principalmente quando esta compreensão necessita considerar as complexas categorias de análise que envolve os sujeitos sociais que compõem o espaço campesino. Dessa forma, faz-se necessário dialogar com os autores que tratam das concepções de território e, sobretudo relacionar esse entendimento com as políticas educacionais do campo.

Para se entender as relações sociais existentes no campo faz-se necessário considerar a diversidade dos atores sociais, as especificidades inseridas no espaço campesino, as políticas educacionais que atendam as necessidades dos povos que habitam o campo, bem como, as diferenças étnicas e raciais que estão enraizadas no campo.

Este artigo faz uma reflexão sobre a dinâmica territorial e as políticas educacionais do campo que atenderam ao Projeto de Assentamento Palmares II que fica localizado no município de Nina Rodrigues – MA figura 1 a 184 km de São Luís capital do estado.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Nina Rodrigues



Fonte: IMESC (2011)

Utilizar-se-á o espaço para historicizar a importância do elemento humano enquanto agente transformador de uma realidade, como ressalta Milton Santos (2004, p.38). É neste sentido que o presente artigo procura discutir desenvolvimento, espaço, território e região como temáticas importantes dentro da educação do

campo e como isto tem influencia na vida do jovem do campo, na sua inserção no mundo do trabalho.

2 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO NO CAMPO E O PROJETO DE ASSENTAMENTO PALMARES II

A implantação de políticas no meio rural configura-se como um processo bastante complexo, devido a conflitos de interesses e esquemas de ação mal elaborados, onde, geralmente, tais iniciativas acabam por estar deslocadas para o lugar comum do voluntarismo, negligenciando as questões estruturais do país e as marcantes especificidades de suas regiões (BRANDÃO, 2007) originando a necessidade de avaliação para apontar possíveis melhorias durante o processo e que as reais metas sejam alcançadas.

A questão da territorialidade e do espaço brasileiro são desconsideradas na pauta das discussões políticas brasileiras e nas formulações de políticas públicas, relegando a relevância que o tema tem na formação sócio-espacial, como produto de relações sociais no país (SOUZA, 1996).

Devido a pressões de ordem econômica, atendendo em sua grande maioria interesses do capitalismo agrário, essas políticas acabam por legitimar uma ordem opressora no sentido de não trazer melhorias de vida no campo dificultando uma política de desenvolvimento nacional.

A Educação no Campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária. A educação será o principal vetor que desencadeará essa mudança transformadora, enquanto elemento de um processo amplo e agregado de valores socioeconômicos e culturais, que delineia ao longo dos tempos estruturas das sociedades.

Partimos daí para a construção do conceito de campo como território, onde se realizam as diversas formas de organização do campesinato e também as formas de organização da agricultura capitalista, denominada de agronegócio. Neste caso o campo pode ser pensado como território ou como setor da economia. O significado territorial é mais amplo que o significado setorial que entende o campo simplesmente como espaço de produção de mercadorias. O Projeto de assentamento em estudo foi criado em 2000, Possui uma área de 12.364 hectares

com 380 famílias assentadas e fica localizado em Nina Rodrigues-MA aproximadamente 20 km da sede. A figura 2 mostra o Rio Munin que separa o Projeto de Assentamento da sede.

Trata-se de um Projeto de Assentamento que surge no bojo da implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária cujo objetivo é a viabilização da política de distribuição de terra no Brasil. Para tanto, é importante destacar que em territórios como este, as famílias agricultoras familiares organizam suas lutas no sentido de resistir às adversidades que estão enraizadas na comunidade.

Figura 2 – Área que separa a sede de Nina Rodrigues do Assentamento Palmares II

Fonte: Acervo pessoal

As atividades econômicas realizadas nesse assentamento estão voltadas para a agricultura familiar, utilizando-se do sistema de corte e queima. Essas práticas certamente estão relacionadas à ausência de tecnologias avançadas que poderiam contribuir para o avanço dessas atividades.

É importante ressaltar, que atualmente no assentamento a demanda do uso dos recursos naturais tem superado a capacidade de suporte do ambiente e isto está contribuindo para o desenvolvimento de práticas agrícolas em áreas mais baixas nas proximidades das matas ciliares, considerando que às áreas mais altas estão em um estágio avançado de degradação e isto pode está relacionado à incompatibilidade entre o sistema utilizado e o módulo rural (RODRIGUES et al 2010).

Não se pode negar que os problemas vivenciados pelas famílias que habitam os territórios rurais maranhenses estão intimamente relacionados à ausência de políticas públicas, de maneira especial o assentamento em estudo, principalmente as que se referem ao contexto educacional. Segundo Molina (2006)

as relações sociais e territórios possuem a mesma importância, sendo que os territórios devem ser analisados em suas complexidades, como espaços geográficos e políticos voltados para o desenvolvimento, considerando as particularidades locais e os sujeitos que compõem este espaço.

4 POLITICAS EDUCACIONAIS NO CAMPO: reflexões sobre o PRONERA e o Programa de Implantação de Bibliotecas Rurais "Arca das Letras"

O desenvolvimento rural, discutido a partir da noção de território, de transformação social, educação popular libertadora, protagonismo e autonomia dos povos do Campo, contribui para avançar nos debates recorrentes no âmbito da Educação do Campo sobre as práticas educativas, a formação de professores e a escola rural. Segundo Abramovay (2006), a noção de território contribui para os estudos rurais em diversos aspectos.

Com efeito, grande parte das políticas de desenvolvimento rural no Brasil passou a ser realizada sob o enfoque territorial, levando à criação, desde 2003 em diferentes estados e regiões do país, de 160 Territórios Rurais ampliando-se em 2008, com a instituição de 60 Territórios da Cidadania, que passaram e incluir ações mais diversificadas ligadas tanto ao espaço rural quanto urbano, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2008).

Território, segundo Souza (1995, p.78) "[...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder", não devendo, no entanto, ser confundido ou reduzido à figura do Estado, ao qual se vincula a idéia de território nacional e, recentemente, de Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. Um território pode ser entendido como a projeção de relações sociais no espaço, o resultado das articulações entre os atores sociais locais, que reconhecem uma identidade comum, que criam uma teia de forças, de relações sociais e de poder, o que acaba por definir um limite com base na alteridade (FLORES, 2003; SOUZA, 1995).

Os espaços rurais vêm passando por transformações significativas ao longo das ultimas décadas que tem definido outros olhares sobre o rural e suas

dinâmicas. Segundo Wanderley (2000) estas transformações surgem em função de fatores tanto internos quanto externos ao espaço rural.

O campo como contexto educacional em suas dimensões socioeducativas, requer o atendimento às especificidades e no Estado do Maranhão percebe-se ainda pouco compromisso do poder público com a oferta da educação básica de qualidade como está definido na LDB de 1996 que reconhece, em seus artigos 3º, 23º, 27º e 61º, a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, romper com um projeto global de educação para o país.

O Assentamento em estudo possui uma escola que é fruto das reivindicações dos movimentos sociais denominada de Unidade Integrada Francisco Rodrigues da Silva que fica localizada no Assentamento Palmares II, atendendo alunos residentes no Assentamento e funciona na modalidade seriada (Figura 3).

Figura 3 – Escola que atende aos discentes residentes no Assentamento Palmares II

Fonte: Acervo pessoal

Nos Referenciais para uma Política Nacional de Educação do Campo (2003) afirma-se, que a revalorização do campo é entendida no âmbito governamental como uma ação estratégica para a emancipação e cidadania dos sujeitos que habitam o campo, podendo contribuir de forma significativa para a promoção do desenvolvimento sustentável regional e nacional.

Nesse contexto, podemos ressaltar que o PRONERA programa que atendeu o Assentamento Palmares II, aborda em seus estudos o espaço campesino e tem se destacado como uma das significativas conquistas da classe popular do campo, na luta por uma educação específica do campo, que está sendo construída

com e pelos camponeses, que vem priorizando a ideia de uma construção a partir de sujeitos coletivos que estão inseridos numa dinâmica de luta social, ou seja, sujeitos que pensam e refletem o ambiente social que vivem.

O Pronera é um programa que estabelece importante parceria com os movimentos sociais e Instituições de ensino superior que tem como propósito maior realizar projetos para alfabetizar jovens e adultos e posteriormente ingressar no ensino superior. Tem como objetivo fortalecer a educação em territórios de Reforma Agrária estimulando, desenvolvendo e coordenando projetos voltados para atender as necessidades educacionais do campo a partir de uma proposta político-pedagógica apresentada num manual de orientações técnicas para todos os estados que integram o programa (COUTINHO, 2009).

Assim, o PRONERA apresenta-se como um projeto de educação específico para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, considerando que: no Estado do Maranhão, a concretização do PRONERA dá-se através de parcerias envolvendo os Movimentos Sociais MST, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), bem como Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) e as Instituições Superiores de Ensino: Universidade Federal do maranhão, Instituto Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão.

O quadro 1 apresenta um resumo dos discentes que foram atendidos pelo PRONERA entre 2001 a 2009 perfazendo um total de vinte e sete pessoas formadas nos diferentes cursos. Desse total vinte pessoas continuam morando no assentamento, dos quais dezenove ocupam funções importantes para o desenvolvimento organizativo do mesmo. Oito pessoas estão inseridas no processo educativo através da escola, sete são educadoras e uma ocupa o cargo de gestora. Uma faz parte do Conselho Tutelar, outra é agente de saúde comunitária efetiva no assentamento, cinco pessoas fazem parte da Coordenação do Assentamento, e quatro contribuem com a organização interna do mesmo (ARAUJO, 2011)

Quadro 1 – cursos que atenderam o Assentamento Palmares II de 2001 a 2009

CURSO	PERÍODO	QUANTIDADE		
		HOMENS	MULHERES	TOTAL
Magistério - 1ªTurma	2002 a 2005	03	06	09
Magistério - 2ªTurma	2006 a 2009	04	05	09

Técnico em Agropecuária	2006 a 2008	04	01	05
Técnico em Saúde Comunitária	2006 a 2008	X	02	02
Licenciatura em História	2004 a 2008	01	X	01
Licenciatura em Pedagogia	2001 a 2005	X	01	01
TOTAL		12	15	27

Fonte: Araujo, Lenilde Alencar (2011)

Dessa forma, colocam-se como princípios fundamentais da educação voltada para atender as necessidades do campo a transformação social e valores como justiça social vinculada às lutas pela democracia, a solidariedade e valores humanistas.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaborou um Programa de Criação de Bibliotecas Rurais conhecido como “Arca das Letras” que visa a democratização e facilitação ao acesso à leitura por parte das comunidades rurais, com a entrega de arcas com acervo variado e escolha de agentes de leitura para atuarem como mediadores na socialização desse acervo. O Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” é uma

> [...] política afirmativa e inclusiva materializada pela metodologia de implantação de bibliotecas rurais e veiculadas por meio de uma rede de parcerias, que vem promovendo a leitura como pressuposto para o desenvolvimento das atividades de educação e formação dos moradores do campo (SOARES; CARNEIRO, 2010, p.23).

A política é estruturada numa tentativa de construção de um espaço familiar de vida e trabalho, como território de memória social para futuras gerações compreenderem os processos sociais das lutas dos trabalhadores rurais, em decorrência da extrema mobilidade do agricultor submetido a constantes deslocamentos espaciais e de segregação social (MIRANDA, 2010).

O Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” já implantou arcas no Estado do Maranhão em aproximadamente 421 comunidades (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010), atendendo 38.713 famílias com características diversas que as classificam enquanto comunidades rurais compreendidas em: agricultura familiar, Projeto de Assentamento (INCRA), remanescente de quilombos, indígenas, Escola Família Agrícola, assentamento estadual, colônia de pescadores, Projeto de Crédito Fundiário e Casa Família Rural.

Em Nina Rodrigues, mas especificamente o assentamento em estudo: Palmares II, conta com aproximadamente 108 famílias atendidas pelo programa. O Maranhão conta, segundo o IBGE, com 31,7% de pessoas com mais de 15 anos que são analfabetas funcionais. É o quarto pior índice do país. Os três estados com mais analfabetos funcionais são: Piauí (37,5%), Alagoas (36,5) e Paraíba (33,4%) (IBGE, 2010).

Esse cenário reflete um ambiente tenso, gerando desconforto e revolta por parte do trabalhador rural, ocasionando em confrontos de terra cada vez mais comuns na realidade brasileira. Ações governamentais, para manter um diálogo e favorecer mudanças de cenários, ainda são incipientes, mantendo as comunidades rurais como coadjuvantes no processo decisório e de planejamento de políticas públicas. De acordo com a pesquisa Retratos da Leitura, do Instituto Pró Livro e Ibope Inteligência, a zona rural concentra 66% do total de não leitores no país e as capitais, 22% (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012).

A questão rural configura-se complexa, com muitas lacunas a serem solucionadas. No entanto, a população residente no meio rural tem demonstrado capacidade de organizar-se em prol de um objetivo comum intensificado pelos movimentos sociais e sindicais, com vistas ao início de um diálogo para elaboração de projetos e propostas de reforma agrária, garantindo melhores condições de vida no campo, orientadas por um planejamento regional sustentável (SOARES; CARNEIRO, 2010).

5 CONCLUSÃO

As discussões apresentadas nesse estudo apontam que o desenvolvimento territorial, seja ele urbano ou rural, está intimamente relacionado à aplicabilidade de políticas públicas educacionais. Entretanto, é exatamente no contexto campesino que as deficiências educacionais se acentuam.

O estudo tenta estabelecer um dialogo com os autores que tratam das concepções de território e, sobretudo procurou relacionar esse entendimento com as políticas educacionais do campo. De fato, a categoria educação termina refletindo nos mais diversos segmentos que compõem o território e isso pode ser percebido na própria relação que a comunidade tem com o ambiente.

As atividades econômicas realizadas no assentamento em estudo estão voltadas para a agricultura familiar, destacando-se como principais produtos o arroz, feijão e milho. O estudo destacou ainda que no Estado do Maranhão, a concretização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA deu-se através de parcerias envolvendo os Movimentos Sociais MST, Federação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura do estado do Maranhão (FETAEMA), bem como Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) e as Instituições Superiores de Ensino: Universidade Federal do maranhão, Instituto Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão.

A base para um desenvolvimento de uma nação encontra-se na necessidade de encontrar a sua identidade como forma de pertencimento e na construção de um caráter próprio. E somente a partir da prioridade cultural – na busca de si mesma – isto se torna possível. O apoio ao bem cultural perpassa pela produção, distribuição, consumo e preservação tendo nas três primeiras formas a síntese da ação cultural, a ação cultural pressupõe uma política de Estado.

Uma política que vise o letramento, o acesso a informação e a criação de novos espaços de sociabilidade precisa integra-se num contexto econômico, social, cultural e político compreendendo todas essas variáveis Toda a cultura concentrada nessas matérias e entregues a guarda de um agente de leitura, uma instituição, uma comunidade, a sociedade tem por obrigação não só preservar como também difundir, por vários meios, junto a comunidade, permitindo a participação dos grupos sociais e otimizando uma prática cultural e social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios**: representando o desenvolvimento rural. Fortaleza CE: 2006.

ARAUJO, Lenilde de Alencar. A concretude da educação do campo na formação de jovens camponeses pelo PRONERA. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação do Campo) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luis, 2011.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). Sistemas de Informações Territoriais. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/territrio.php?menu=territorio&base=1&ac=carregar_mapa&abr=tr&territorio=78&tema=0&mapa_territorial=3> Acesso em: 03 janeiro 2012.

COUTINHO, Adelaide Ferreira (Org.). **Diálogos sobre a questão da reforma agrária e as políticas de educação do campo**. São Luis: EDUFMA, 2009.

FLORES, Murilo. A construção social de territórios e a globalização. **Em Tese – Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Politica da UFSC**, vol.1, n. 1, p. 87-108, ago./dez. 2003.

IBGE. Censo 2010 / Maranhão. Disponível em: < http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 11 jun.2011.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil 2012**. Disponível em: <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=2834>. Acesso em: 14 abr. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Relatório estadual de bibliotecas Arca das Letras entregues no Maranhão**. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/maranhoma/one-community?page=5&data_id=2154224>. Acesso em: 12 maio 2011.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **De arrendatários a proprietários**: formas de sociabilidade nos assentamentos rurais. São Luís: EDUFMA, 2010. (Coleção CCSo; Teses e Dissertações).

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006

RODRIGUES, Lenôra Conceição Mota; COSTA, Francisca Sousa da; FARIAS FILHO, Marcelino Silva. **AGRICULTURA FAMILIAR E IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS**: uma reflexão a partir das comunidades rurais de Canto da Capoeira e Palmares II na Microrregião de Itapecuru-Mirim, MA. In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças, espaço de diálogos e prática. Porto Alegre, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOARES, Cleide Cristina; CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. Bibliotecas rurais para inclusão social no Brasil. **Informação e sociedade**, Brasília, DF, v.3, n.2, p.15-25, jan./jun., 2010.

SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 1996

SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Ina Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.